

PRETOS E BRANCOS: BRITO CAMACHO E O OLHAR ANTROPOLÓGICO DA LITERATURA COLONIAL

PRETOS E BRANCOS: BRITO CAMACHO AND THE ANTHROPOLOGICAL GAZE OF COLONIAL LITERATURE

Sandra Sousa¹

RESUMO

Este artigo pretende explorar as ligações entre literatura colonial e antropologia durante as primeiras décadas do século XX. Através da análise da obra *Pretos e Brancos* (1926) de Brito Camacho é minha intenção demonstrar que algumas das obras vencedoras do Concurso de Literatura Colonial se encontram imbuídas de um olhar antropológico fazendo com que literatura colonial e antropologia se tivessem constituído como dois “saberes” coloniais interligados desde a sua génese. Assim sendo, ambos os “saberes” – literário e antropológico – funcionaram no início do projeto colonial com o objetivo de construção e legitimação do império colonial português.

PALAVRAS-CHAVE: literatura colonial; antropologia; concurso de literatura colonial.

ABSTRACT

In this article I explore the connections between colonial literature and anthropology during the first decades of the twentieth century. Through the analysis of Brito Camacho's *Pretos e Brancos* (1926), I argue that some of the literary works that won the Contest of Colonial Literature are imbued with an anthropologic gaze. By this, I mean that colonial literature and anthropology were constituted as two intertwined colonial “knowledges” from the beginning of the colonial project. Both “knowledges” -literary and anthropological- served the objective of the construction and legitimation of the Portuguese colonial empire.

KEYWORDS: colonial literature; anthropology; colonial literature contest

Estas palavras do escritor e jornalista Carlos Selvagem durante o regime autoritário em Portugal revelam-se significativas no contexto literário do país da altura e levantam algumas questões em torno do desenvolvimento da chamada literatura colonial. O artigo de onde provêm tais palavras, “Literatura Portuguesa de Ambiente Exótico,” tinha sido proferido no Salão de Conferências da União Intelectual Portuguesa a 18 de Julho de 1925 e, posteriormente, publicado no Boletim da Agência Geral das Colónias (BOLETIM, Fevereiro, 1926). Em primeiro lugar, coloca-se a questão da pouca prolificidade deste tipo de literatura. Não resulta difícil de decifrar que, num país definido pela sua situação periférica em relação aos demais impérios europeus, a produção deste “saber,” assim como de outros ao longo do século XX, foi lenta e necessitou de incentivos do Estado para que o projeto colonial e imperial tivesse os resultados pretendidos. No caso da literatura colonial foi revelante e essencial o papel da Agência Geral das Colónias e a abertura do Concurso de Literatura Colonial — em 1926 — por esta subsidiado para dar impulso a uma produção de saberes que, também ela, mantinha Portugal na cauda do projeto imperial europeu. Por outro lado, era visível que o consumo da literatura colonial demonstrava a falta de interesse por tais leituras do povo português com maior nível de educação. Falta de interesse que é significativa ainda hoje tanto do público em geral quanto da academia em particular.²

Uma das hipóteses que pretendo aqui explorar prende-se com a questão da literatura colonial como forma de arte, ou seja, como a sua vertente estética foi (e é) considerada a maioria das vezes pobre e pouco apelativa. De tal forma que, em 1949, Augusto dos Santos Abranches afirma contundentemente a necessidade de a literatura colonial ser esquecida: “Que a chamada ‘literatura colonial,’ às suas tentativas de criação e independência, nada mais lhe resta que abrir as portas e sumir-se. Trabalho de transição, reflexo de época limitada em tempo e espaço, tem que forçosamente ser esquecida, mal aproveitada” (ABRANCHES, 1949, p. 78-79). Mais tarde, Rui de Azevedo Teixeira declara que “não temos verdadeiramente uma literatura colonial” (TEIXEIRA, 1998, p. 347). É minha suspeita e intuito demonstrar que, estando sempre ligada a um contexto histórico, o do Império Português durante o período da Ditadura Militar e do Estado Novo, legitimando e dialogando com a sua política e ideologia, a literatura colonial poderá ser mais produtiva em alguns casos como objeto de estudo antropológico.

Com isto, parece-me que alguns daqueles que se aventuraram na produção literária colonial o fizeram muito mais (e talvez melhor) com um olhar antropológico do que literário. Deste modo, estes dois “saberes” mantiveram uma relação próxima e de mútua influência durante o período ditatorial e Estado Novista. Escritores coloniais não se diferenciam muito dos antropólogos coloniais, daí que a literatura colonial seja uma porta para

a observação e compreensão desses povos “outros” e que a determinada altura se pretenderam como “nós” pelo Estado.³ É revelante notar que, no referido artigo de Carlos Selvagem, poucos nomes e obras até então publicadas poderão ser incluídos na designação de literatura colonial:

Àparte os livros de Roberto Ivens e Brito Capêlo, ou o fantasiado volume de Serpa Pinto; àparte um ou outro relatório de governo, como os de Enes e Mousinho que correm impressos e pela beleza ou leveza de estilo se destacam; àparte as formosas páginas de Wenceslau de Moraes sobre o Império do Mikado; àparte dois volumes de versos do dr. Osório de Castro, a «*Terra de Lendas*» do dr. Brito Camacho, a «*África Nostra*» de Augusto Casimiro, as «*Memórias dum caçador de elefantes*» de J. Teixeira de Vasconcelos, irmão do grande poeta Teixeira de Pascoais, e ainda dois volumezinhos dos almirantes Leote do Rêgo e Brás de Oliveira; àparte, em resumo, um outro livro de narrativas das nossas campanhas coloniais, e, recentemente, as interessantes crônicas do jornalista Norberto Lopes, durante o périplo de África que findou há dias, — nada mais conheço em língua portuguesa que possa aqui citar.⁴ (SELVAGEM, 1926, p. 4-5)

Destaco, da lista de Carlos Selvagem, o nome de Brito Camacho — médico, jornalista, governador ultramarino e escritor, ou seja, uma das figuras intelectuais e políticas africanistas mais ativas da república portuguesa — de cuja obra *Pretos e Bancos* (1926) serão retirados exemplos na tentativa de elucidar como o olhar do escritor colonial se revela um olhar de extremo engajamento antropológico. Porventura, o seu papel de alto-comissário em Moçambique e o seu treinamento médico terão também contribuído para uma aproximação antropológica na sua obra. A obra de Brito Camacho é o exemplo de literatura colonial aqui escolhido, no entanto, ele não esgota o número de possibilidades em relação a este assunto. Como refere Rita Chaves,

Trabalhar a arbitrariedade surgia como uma potencialidade da literatura [colonial], considerando sua capacidade de transmutar a realidade e de instrumentalizar politicamente a sua representação. A proposta dela fazer um espaço de investigação de um mundo ainda desconhecido por aqueles que precisavam de se afirmar como donos e gestores das terras e das gentes que pelos territórios ocupados se espalhavam. Em situações como essa a contaminação por factores extraliterários e, não raro, até contrários à natureza da arte, tornava-se constitutiva. A literatura teria, desse modo, uma função vicária, qual seja a de promover um conhecimento que a precariedade do Império interditou. (CHAVES, 2012, p. 224)

O facto de esta literatura funcionar muito mais como “espaço de investigação” — domínio das ciências sociais — e ser contaminada por factores “contrários à natureza da arte” é sintoma da sua aproximação e da sua contaminação (ou se quisermos, intertextualidade) por essas mesmas ciências, em especial pela antropologia.

Susana de Matos Viegas e João de Pina-Cabral, num artigo de 2014 sobre a formação da antropologia em Portugal, sugerem que a “construção da nação” e a “construção do império” nunca estiveram muito afastadas uma da outra nesse processo de emergência da disciplina (VIEGAS, 2014, p. 314). Como os mesmos referem:

Ao longo do século XIX e do século XX, a antropologia académica, enquanto discurso sobre a natureza da humanidade, viu-se presa entre estes dois polos do eixo político: o nacional e o imperial. Sempre que o império se tornava politicamente menos revelante, o folclore e a etnologia assumiam centralidade; sempre que crescia a relevância política do império, a antropologia dos povos exóticos dominava a disciplina. (VIEGAS, 2014, p. 312)

Os dois antropólogos opõem-se, de certa forma, à visão de João Leal, que mais de uma década antes tinha proferido a inexistência em Portugal de uma tradição antropológica de *empire-building* relacionada com a fraqueza do colonialismo português, afirmando a emergência de novos estudos e dados que sugerem a revisitação dessa perspectiva (VIEGAS, 2014, p. 315).

No entanto, a resposta a Leal já tinha sido iniciada por Omar Ribeiro Thomaz em 2001. Nesse mesmo ano, o antropólogo publica o artigo “O bom povo português: usos e costumes d’aquém e d’além mar,” em que problematiza a Antropologia em Portugal, desde a sua génese até ao período revolucionário, com o objetivo de quebrar padrões tradicionalistas de revisitação da disciplina. Segundo o antropólogo, “(...) no período genético da disciplina em Portugal, e até o 25 de Abril de 1974, não é possível separar rigidamente uma antropologia que tinha como objeto a nação, daquela que tinha como objeto preferencial o império” (THOMAZ, 2001, p. 55). A ideia aqui é a de que “não é possível compreender a antropologia científica ou as tradições etnográficas nacionais sem uma análise dos “saberes coloniais” – aqueles constituídos tendo como referência os territórios coloniais, com fins aplicados ou não” (THOMAZ, 2001, p. 57). Assim sendo, Ribeiro Thomaz crê “que uma classificação rígida da antropologia em Portugal como sendo uma *nation building anthropology*, e não uma *empire building anthropology*, tal como propõe João Leal, usando os termos de George Stocking, não traduz com exatidão a natureza do debate” (THOMAZ, 2001, p. 57). Para o antropólogo, “discutir a ‘nação’ era discutir também o ‘império’” (THOMAZ, 2001, p. 57).

Num artigo de 2016, João Leal parece reformular a sua visão inicial fazendo algumas cedências aos últimos estudos, embora não totalmente. Afirma o antropólogo fazendo ainda uso da terminologia de George Stocking:

(...) a antropologia portuguesa começou por ser uma antropologia de “construção da nação” e só quando—perante a ameaça do desenvolvimento de movimentos anticoloniais na África—os destinos da nação e do império passaram a

ser vistos, pelo regime de Salazar, como indissociáveis, ela se tornou também uma antropologia de construção de Império. (LEAL, 2016, p. 308)

Se se tiver em conta o modo de criação da literatura colonial e os seus objetivos, percebe-se desde logo que, além de andar de mãos dadas com a antropologia, nela “império” e “nação” são indissociáveis. Na realidade, o impulso da sua criação tem em vista a tentativa de construir ideológica e emocionalmente⁵ um império, e não apenas durante os anos cinquenta ou sessenta, como sugere João Leal.

Ainda antes da criação formal do Estado Novo, existia o ímpeto da produção de “saberes coloniais.” A fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa, em dezembro de 1875, é disso exemplo. Como refere Ribeiro Thomaz,

(...) a sua criação representou uma corrente do pensamento colonialista português moderno que procurou fazer com que Portugal retomasse o lugar que lhe competiria no panorama internacional, não apenas participando de debates sobre o conhecimento dos territórios tropicais, mas também fornecendo subsídios ao Estado para que pudesse participar da “corrida à África.” Para poder garantir uma demarcação de fronteiras favorável aos interesses portugueses, um discurso que lançasse mão apenas de “direitos históricos” não era suficiente: fazia-se necessário comprovar um real conhecimento e domínio do ultramar. Nesse sentido, os membros da Sociedade de Geografia pressionaram o Estado para angariar fundos e assim financiar viagens à África, publicações etc.. (THOMAZ, 2001, p. 65)

Algumas décadas mais tarde, e já em 1924, o Ministério do Ultramar cria a Agência Geral das Colónias com o objetivo de desenvolver os meios de comunicação, divulgação e propaganda do Portugal ultramarino. Aqui se insere o fomento da literatura colonial. É, portanto, inegável desde logo a existência de um projeto colonial a vários níveis e em cujos “saberes coloniais” por vezes se interlaçam nas primeiras décadas do século XX, configurando tanto uma antropologia quanto uma literatura de *empire building*.

Em 1926, surge o anúncio dos vencedores do primeiro concurso de literatura colonial. A Brito Camacho é atribuído o segundo lugar com a obra *Pretos e Brancos*. O agente geral das colónias, Armando Zuzarte Cortesão refere-se a Brito Camacho como um “consagrado e brilhante escritor,” fazendo as seguintes observações em relação à obra premiada:

Neste livro descreve Brito Camacho as suas impressões duma viagem que, quando Alto Comissário, fêz através duma parte da Província de Moçambique. Em crónicas breves e ligeiras, polvilhadas daquela sua tão conhecida e interessante ironia e espírito, dá-nos Brito Camacho algumas horas de deleitosa e instrutiva leitura em que, como num cinema de títulos bem comentados, se vê passar uma parte daquela nossa importante colónia. (BOLETIM, Agosto 1926, p. 153)

Zuzarte Cortesão afirma, igualmente, que “*Pretos e Brancos*, como *Terras de Lenda*, engrandecem, indiscutivelmente, a literatura colonial portuguesa, lêem-se dum fôlego, e devem figurar em todas as boas bibliotecas coloniais” (BOLETIM, Agosto 1926, p. 153-154).

Manuel de Brito Camacho foi, além de escritor e governador de Moçambique, médico e jornalista. Nasceu em 1862, em Aljustrel, e morreu em 1934, em Lisboa. Pertenceu à “geração do Ultimatum inglês,” ou seja, e nas suas palavras, “[t]ive a felicidade de pertencer á geração academica que suscitou o protesto nacional contra a Inglaterra” (CAMACHO, 1926, p. 67). Além de ter sido uma das figuras de maior destaque da política republicana, fundou, em 1906, o diário *A Luta*, cuja influência na sociedade portuguesa foi significativa. Através da sua orientação ideológica, esse diário contribuiu para a implantação da República. Em Novembro de 1910, já depois de implantada a República, o escritor assume a pasta do Fomento do Governo Provisório. Aquando da cisão do Partido Republicano, de que foi um dos protagonistas, Camacho fundou e chefiou a União Republicana. Nos finais de 1921, foi nomeado alto comissário da República na colónia de Moçambique. Depois da revolução de 28 de Maio de 1926, abandonou definitivamente a política. Dedicou-se, nessa fase, inteiramente à literatura, não tendo, contudo, sucesso idêntico ao que alcançara como jornalista.

Pretos e Brancos é um livro estruturado à maneira de um diário de viagem, uma viagem de reconhecimento territorial que Brito Camacho faz pelo norte de Moçambique (de Tete às terras de Gaza, passando pela Zambézia e pela região do Niassa), onde vai dando conta daquilo que observa. O leitor é informado acerca de vários assuntos, desde as diferenças entre as diversas etnias locais ao modo como as novas políticas da colonização portuguesa estão (ou não) a ser implementadas. O livro abre com uma advertência do autor em que este informa que usa a obra de arte para subtilmente canalizar um plano administrativo, dada as aparentes barreiras que são colocadas ao seu próprio plano. Nas palavras de Brito Camacho,

Facilmente os intrigantes políticos, os das Colonias e os da Metropole, criam a um governador ou Alto Comissario dificuldades insuperaveis, que o impeçam de realizar uma obra util, no stricto campo da Administração; mas nada pode essa fraudulagem, por via de regra estúpida, e constantemente desvergonhada, no sentido de impedir a realisação d’uma obra de Arte, dentro da qual, disfarçadamente, haja um plano de administração, que mais não seja pontos de vista, em materia de politica colonial, que valha a pena traduzir em actos. (CAMACHO, 1926, p. 6)

No entanto, colocam-se logo aqui questões de ordem estética e de função da obra de arte que Camacho sem dúvida desvaloriza, associando a obra de arte à promoção do conhecimento do império.

Brito Camacho tem, como governador, objetivos e intenções, entre os quais se conta “proteger e auxiliar todos os que na Província trabalham ou queiram trabalhar, só não lhes fazendo, d’aquilo que me pedirem,

o que, por motivos de honestidade administrativos, fôr obrigado a recusar-lhes” (CAMACHO, 1926, p. 186). E recusa, por exemplo, o fabrico e consumo de sura e de outras “mixordias que da Metropole mandam, como instrumento de civilização, para embebedar o preto...” (CAMACHO, 1926, p. 134) ou o aproveitamento do indígena como besta de carga em vez de como trabalhador (CAMACHO, 1926, p.176). É ainda sua intenção aplicar “castigo [ao] proprietário, seja ele quem fôr, que não tratar bem os seus homens, começando por lhe serem recusados trabalhadores de que disponha o Governo, nos termos do respectivo regulamento” (CAMACHO, 1926, p. 176). A tentativa de implantação de uma nova política administrativa faz, no entanto, com que não seja bem-visto ou que seja acusado de impatriotismo, ao que se refere por vezes da seguinte forma: “Nunca precisei de fazer *des accomodements* com a consciência, e ella diz-me que no caso Hornung eu procedi como bom patriota e honesto administrador” (CAMACHO, 1926, p. 49). Foi, no entanto, o chamado “contrato Hornung,” “atacado em Moçambique por outros interesses coloniais e na metrópole pelo nacionalismo imperial” (ALEXANDRE, 2000, p. 187), que contribuiu para a sua demissão.

Além de nos proporcionar a visão do administrador, o seu olhar vai mais além oferecendo-nos características raciais e costumes sociais dos africanos. A sua visão é a do escritor antropólogo – europeu e imperialista – na descrição do modo de vida dos indígenas. Camacho refere-se à agudeza visual dos pretos, ao seu primitivismo (CAMACHO, 1926, p. 10, 21, 35, 58, 282), espanta-se pelo facto de as crianças pretas chorarem da mesma forma que as brancas, comenta sobre as poucas necessidades do preto, não precisando de trabalhar para as satisfazer. Chama-lhes crianças grandes e afirma nunca ter tido vontade de beijar um pretinho nem uma preta. Por vezes, afirma “a unidade do género humano” como no seguinte comentário: “No fundo é uma vaidade de preto, muito semelhante á vaidade do branco, o que tudo contribui para afirmar a unidade do genero humano, seja qual fôr a origem do homem” (CAMACHO, 1926, p. 76). Outras vezes, procede à defesa do indígena, declarando que em Portugal também não acabaram ainda as bruxas e os curandeiros (CAMACHO, 1926, p. 133), ou afirma a maior sensibilidade da mulher negra para com as crianças, em comparação com a mulher branca (CAMACHO, 1926, p. 82). Contudo, coloca os seus instintos maternos muito perto dos do mundo animal:

As pretas aprenderiam com as macacas a trazerem assim os filhos pequenos, segurando-os com um pano, de modo a ficarem-lhe todos os movimentos livres? Ou aprenderiam as macacas com as pretas a trazerem assim os seus meninos?

Os indígenas, lá bem no intimo, estão convencidos de que o macaco é gente, e só não fala para o não obrigarem ao chibalo e ao mussôco. (CAMACHO, 1926, p. 14)

Para Camacho “[o]s indígenas são, assim, dotados de uma afectividade notável”, mas não deixam de ser selvagens (CAMACHO, 1926, p. 246). O seu discurso é, inequivocamente, ambíguo. Por vezes, apercebe-se de que

o indígena é explorado e faz a sua defesa. No entanto, estes comentários “positivos” não reflectem mais do que uma atitude paternalista, pois que se “já é incomodal-os fazer-lhes sentir brutaemente que na escala zoologica elles occupam um lugar intermédio entre o homem e a besta” (CAMACHO, 1926, p. 167), ao mesmo tempo, “não há dúvida que são uns selvagens...os pretos!” (CAMACHO, 1926, p. 172). São, todavia, “uns selvagens” que devem ser educados, uma vez que são capazes de aprender e, surpreendentemente, de ir além das suas supostas capacidades e falta de instrução:

Peço ao mestre da Fabrica, ao manager, a sua opinião sobre o pretendido automatismo dos pretos:

—Educam-se com muita facilidade, e nos serviços que dirigem, tomam iniciativas inteligentes, indo muitas vezes além do que seria lícito esperar da sua falta de instrução. (CAMACHO, 1926, p. 111)

O preto é capaz de iniciativas inteligentes, como operario ou como artífice, e perante qualquer dificuldade que tenha a vencer, é d’uma serenidade admiravel. (CAMACHO, 1926, p. 212)

Daí que, na opinião de Brito Camacho, ainda seja possível civilizar os indígenas, sem ter que se usar a força:

Até este momento, áparte o que observei na Lugela, constato que o indígena nos respeita, reconhece e acata, sem o menor constrangimento, a nossa autoridade, executa as nossas ordens e mostra confiança nos sentimentos de justiça e humanidade que nos animam. Quer isto dizer que ainda são boas horas de firmarmos solidamente, na Provincia, o nosso efectivo domínio, sem necessidade de recorrermos á força, usando de processos violentos. (CAMACHO, 1926, p. 209)

A sua governação integra-se num processo geral de colonização, em que é necessário justificar a nível internacional a acção colonizadora como um processo de bem comum com intenções humanitárias e de progresso, que visa retirar os habitantes do continente africano do seu estado selvagem e atrasado, através de uma missão civilizadora que só poderia ser levada a cabo pelos europeus: “Sim; a Africa ainda é um paiz selvagem; mas teria deixado de o ser, ha muito, se a civilização, aproveitando as aptidões originaes do indigena, explorando a terra e educando o homem, tivesse posto um honesto e decidido empenho em civilizar-o” (CAMACHO, 1926, p. 20).

É apenas a possibilidade de o indígena poder evoluir e chegar a um nível civilizacional comparável ao do branco que justifica muitos dos seus comentários, anteriormente referidos: “A este respeito [processo de julgamento de crimes] o preto encontra-se onde já esteve o branco, o que mais parece confirmar a convicção de muitos, e eu sou um d’eles, de que a raça negra vem muito atrasada no caminho da civilização, mas chegará onde nós chegamos, estugando o passo, ajudada por nós outros” (CAMACHO, 1926, p. 255).

Daí também a sua crítica feita ao modo de colonização dos portugueses, modo este que em sua opinião precisava de ser mudado, opinião, como já vimos, tão pouco popular que contribuiu para ele ser indesejado em Moçambique:

Aqui vamos agora atravessando uma derruba em que trabalham pretos sob fiscalização d'um branco, mas não vejo, perto ou distante, uma casa, que mais não seja uma grande palhota maticada em que o branco habite. O colono português, por ignorancia e por habito, instala-se no sertão africano, para viver á moda da terra. Não tem noções de hygiene, e não tem, na maior parte dos casos, habitos d'aceio. Tirante a alimentação...vive exactamente como os pretos, e porque é menos forte do que eles perante as brutalidades do clima, vae-se abaixo em menos de nada...(CAMACHO, 1926, p. 84)

...os portugueses rompem facilmente os seus contractos, são pouco amigos de trabalhar, sobretudo quando o trabalho obriga a enfiar uma blusa e sujar as mãos. (...) Há que enveredar por outro caminho, isto é, ha que adquirir outros hábitos, educando os nossos tecnicos para todo o desconforto, todas as durezas inevitáveis na profissão a que se destinam. (CAMACHO, 1926, p. 112)

Ainda segundo Camacho, vários outros aspectos devem ser realçados no que concerne à missão civilizadora. Esta deve basear-se num princípio gerador de necessidades para o indígena:

Se, como se diz, civilizar é crear necessidades, o primeiro cuidado dos brancos deveria consistir em crear necessidades ao preto – a necessidade de se alimentar, a necessidade de se vestir, e progressivamente aquelas necessidades que poderemos chamar de civilização, porque sem as satisfazer vive maravilhosamente, no mato, o homem selvagem” (CAMACHO, 1926, p. 154).

Ora, a forma de “o homem selvagem” se tornar civilizado é através do trabalho, pois “o branco, na Africa intertropical, não pode ser um trabalhador do campo, e só em condições muito especiaes pode ser um trabalhador industrial” (CAMACHO, 1926, p. 146). Justifica-se assim a aplicação do negro no trabalho, educando-o pelo exemplo (CAMACHO, 1926, p. 52), pois ao mesmo tempo que se cultiva a terra, civiliza-se o *homem* (CAMACHO, 1926, p. 146; itálico no original).

Neste processo, devem ter, igualmente, um papel preponderante as missões religiosas que, no entanto, se encontram num estado de pobreza, a necessitar de reparação ou conserto (CAMACHO, 1926, p. 313). A função destas seria “prepararem os indigenas mais para o trabalho livre, a Agricultura e a Industria, que para o serviço do Estado” (CAMACHO, 1926, p.387), mas “por ora a Missão, falha de recursos, não tem podido acompanhar o indigena desde que elle a deixa, até que alcance uma situação, e o

resultado é o lamentável regresso ás práticas cafreas” (CAMACHO, 1926, p. 66). O governador é categórico em relação ao papel das missões religiosas: “...afirmei que só protegeria as que fizessem alguma coisa mais do que a catequese, as que preparassem o indígena para ser um trabalhador e não apenas um devoto, não tendo nada o Governo da Provincia com o destino de cada qual...depois de morto” (CAMACHO, 1926, p. 201).

Sendo o “preto um indispensável trabalhador” (CAMACHO, 1926, p. 310), o mesmo já não acontece com os asiáticos, vulgo, “os mesu-reiros monhés” (CAMACHO, 1926, p. 11). Tendo estes últimos o domínio do comércio, e dada a necessidade de a presença portuguesa se tornar cada vez mais efectiva e dominadora na colónia, é condição sine qua non expulsá-los da mesma, uma vez que “d’um modo geral, são imigrantes que á Provincia não convêm, porque tudo lhe tiram e nada lhe dão” (CAMACHO, 1926, p. 21). Camacho acusa-os ainda de explorarem o homem preto (CAMACHO, 1926, p. 85), embora reconhecendo serem eles o único elo que liga os pretos do sertão, através do comércio, à vida civilizada (CAMACHO, 1926, p. 214). Atente-se na explicação oferecida por Brito Camacho para justificar o domínio asiático no comércio:

O preto não tem jeito para comerciar, e o branco não sabe comerciar com o preto. Não entende o que elles dizem, como os pretos o não entendem quando ele fala. De resto o branco, só pelo facto de ser branco, julga-se muito superior ao preto, e afirma a sua injustificada superioridade, tratando-o mal, além de o roubar. (CAMACHO, 1926, p. 213)

O monhé, ao contrário, “com maior facilidade aprende a lingua dos indígenas, e desde a primeira hora de conviver com eles, adopta seus usos e costumes, fazendo uma admirável adaptação que, sem os ofender, os nivela” (CAMACHO, 1926, p. 213). Este procedimento é possível, muito provavelmente, porque o asiático era também ele classificado como “animal paciente” e “sórdido” (CAMACHO, 1926, p. 213-214).

Em relação à colonização exercida pelos ingleses na colónia, Camacho comenta que os portugueses actuam de forma mais *civilizada* em relação ao indígena; enquanto os ingleses “lhes não ligam nenhuma” (CAMACHO, 1926, p. 39; ênfase original), os portugueses tentam a aproximação e, se não falam a língua dos indígenas, não é por falta de vontade, “mas por não serem capazes de entrar com ela, sem custosa aprendizagem” (CAMACHO, 1926, p. 266). Contudo, “não se dispensam...de usar correntemente das expressões deformadas que o preto emprega, quasi pedindo desculpa de não se entenderem bem com o cafre” (CAMACHO, 1926, p. 266).

Se, por um lado, o português parece maleável na sua relação com o negro, ao comentar a miscigenação de homens portugueses com mulheres indígenas, pode observar-se que esse contacto é desigual e feito apenas de interesse sexual, do qual resultam os mulatos. Em Quelimane, por exemplo, “abundam os mulatos...O portuguez é animal de bôa boca; a preta não lhe serve para esposa, mas quadra-lhe admiravelmente para mãe dos seus filhos. É verdade que, na maior parte dos casos, os mulatinhos são

votados ao abandono... Raramente o amor entra na ligação d'um branco com uma preta..." (CAMACHO, 1926, p. 199). A abundância de mulatos – “muitos mais do que seria para desejar” (CAMACHO, 1926, p. 238) – é considerada um problema grave. Brito Camacho coloca a questão: “Será o mulato, como muitos pretendem, um typo instavel, mas regressivo, incapaz de formar uma unidade ethnica intermedia entre o branco e o preto? (CAMACHO, 1926, p. 238). E responde que,

A ser assim, nenhuns beneficios resultariam da mestiçagem, que conviria evitar, reduzindo a casos sporadicos a ligação fecunda entre individuos que a Natureza dotou para viverem eternamente separados, cada qual com as suas qualidades e os seus defeitos, confiando em que o progresso das ideias e dos sentimentos, a civilização, no mais alto grau, tornará os adversarios irreductiveis em cooperantes leaes e prestimosos. (CAMACHO, 1926, p. 238-239)

Segundo o autor, não existem estudos a este respeito que permitam avaliar o problema. O pensamento de Brito em relação ao negro é semelhante ao de Armindo Monteiro e Norton de Matos, entre outros: “...ele é um elemento de raças primitivas, na maioria em estado selvagem, entregues à miséria, à superstição e à ignorância, cabendo a Portugal, por imperativo histórico, a tarefa de as «elear» e de as chamar à civilização” (ALEXANDRE, 2000, p. 225). Embora o Alto Comissário/escritor tenha como objetivo a criação de uma “obra de arte” – como ele mesmo refere – em *Pretos e Brancos* podemos observar essa clara intenção do projeto colonial. Através da leitura e análise de *Pretos e Brancos* é notória a falta do elemento estético. Através dos exemplos aqui oferecidos é óbvia a “falta de literatura” e a maior predominância da descrição e observação antropológicas. A indissociação entre arte e construção do império é visível. Além disso, o olhar do antropólogo permeia todo o livro tornando-o muito mais num objeto antropológico do que num objeto de arte. Brito Camacho foi sem dúvida um escritor, mas um escritor inseparável da missão de construção de um império cujo olhar transposto na sua obra se revela o do antropólogo. A par e par andaram estes dois “saberes” coloniais desde a iniciativa de promoção de um concurso de literatura colonial. A obra de Brito Camacho é apenas um exemplo entre outros que funcionou como legitimação e justificação da missão imperial portuguesa antes e depois da promulgação do Estado Novo em Portugal. O que a literatura colonial perde, por vezes, no aspeto artístico, poder-se-ia afirmar que ganha em termos do olhar antropológico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Augusto do Santos. Sobre ‘Literatura colonial. *Seara Nova*. nº 1104, p. 78-79, Janeiro-Junho 1949.

ALEXANDRE, Valentim. *Velho Brasil, Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Edições Afrontamento, 2000.

BOLETIM da Agência Geral das Colónias. Agosto, p. 153-154, 1926.

CABRAL, João de Pina. Galvão na terra dos canibais: a constituição emocional do poder colonial. In: BASTOS, Cristina (org.). *Trânsitos coloniais—diálogos críticos luso-brasileiros*. Campinas: Ed. Unicamp, p. 81-104, 2007.

CAMACHO, Brito. *Pretos e Brancos*. Lisboa: Livraria Editora Guimarães & C.^a, 1926.

CHAVES, Rita. Literatura colonial em Moçambique: território recuperado? *Os Outros da Colonização*. Cláudia Castelo, et all (org.). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, p. 221-232, 2012.

LEAL, João. A Antropologia em Portugal e o Englobamento da Cultura Popular. *Sociol. Antropol.* n.º 6.2, p. 293-319, 2016.

SELVAGEM, Carlos. Literatura Portuguesa de Ambiente Exótico. *Boletim da Agência Geral das Colónias*. Fevereiro de 1926, p. 3-16.

TEIXEIRA, Rui de Azevedo. *A Guerra Colonial e o Romance Português*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998.

THOMAZ, Omar Ribeiro. “O bom povo português”: usos e costumes d’aquém e d’além mar. *Mana*. n.º 7.1, p. 55-87, 2001.

VIEGAS, Susana de Matos; CABRAL, João de Pina. Na encruzilhada portuguesa: a antropologia contemporânea e a sua história. *Etnográfica*. n. 18.2, p. 311-332, 2014.

Recebido para publicação em 02/02/2018

Aprovado em 15/03/2018

NOTAS

1 Doutorada em Estudos Luso-Brasileiros pela Brown University, Sandra Sousa é Professora Assistente na University of Central Florida. Tem ensaios e resenhas publicados nos EUA, no Brasil e em Portugal. É autora do livro *Ficções do Outro: Império, Raça e Subjectividade no Moçambique Colonial* (Esfera do Caos, 2015) e co-editora do livro *Visitas a João Paulo Borges Coelho. Leituras, Diálogos e Futuros* (Colibri, 2017).

2 Salvo exceções como é o caso do relevante e importante trabalho desenvolvido por Francisco Noa e Rita Chaves.

3 Refiro-me aqui à revisão da Constituição de 1951, que “substituiu a ideia imperial típica do período entre as duas Guerras Mundiais, expressa no Acto Colonial, por uma concepção assimilacionista, onde as colónias se transformavam em «províncias ultramarinas», formando com a metrópole uma nação una” (ALEXANDRE, 2000, p. 195).

4 A grafia seguida nas citações corresponde aos originais.

5 Termo apropriado do artigo de João de Pina Cabral, “Galvão na terra dos canibais: a constituição emocional do poder colonial.” (2007)